A COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ – APLICAÇÃO E PERSPECTIVAS.

Francisco Martinez Jr. ¹ & Francisco Carlos Castro Lahoz ²

RESUMO --- Este trabalho discute os vários aspectos envolvidos na aplicação da cobrança pela utilização dos recursos hídricos no Brasil, a partir de sua fundamentação legal, expressa no Código de Águas, na Lei Federal nº 6.938, relativa à Política Nacional do Meio Ambiente, e na Lei Federal nº 9.433, que instituiu a Política Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. É dado enfoque especial na experiência do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, onde este instrumento de gestão foi introduzido em 2006 nos rios de domínio da União, e, será introduzido em 2007, nas águas de domínio do Estado de São Paulo. Discutem-se os problemas e as dificuldades surgidas no processo de introdução. Como conclusão, a partir do exame dos condicionantes para os resultados obtidos, apresenta-se recomendações para viabilizar a expansão da aplicação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em nosso país.

ABSTRACT --- This paper argues about several aspects that are implicated in the application of the Fees for the Use of Water in Brazil, from its legal base expressed in the Water Code, in the Federal Law nº 6.938, related to National Policy of Environment, and in the Federal Law nº 9.433, that instituted the National Water Resources Management Policy. A special approach is given in the experience of the Piracicaba, Capivari and Jundiaí Rivers Basins Committees, whose management instrument was introduced in 2006, in the rivers of Federal domain, and it will be introduced in 2007, in the waters of São Paulo State domain. The problems and the difficulties created in the introduction process are discussed. As conclusion, from the exam of conditions for the results obtained, there are recommendations to make possible the expansion of application of Fees for the Use of Water in our country.

Palavras-chave: cobrança pelo uso da água, instrumento de gestão, bacia do Piracicaba.

1) Engenheiro do DAEE – CTH, Doutor em Engenharia Hidráulica e Sanitária (EPUSP), Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 120, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508-900, martinez@cth.usp.br

2) Secretário Executivo do Consórcio PCJ, Coordenador Geral da Agência de Água PCJ, Mestre em Irrigação e Drenagem, Rua Fernando Camargo, 500, Conj. 43, Americana, SP, CEP 13465-020, francisco@agua.org.br

1 - INTRODUÇÃO

No Brasil o Princípio Poluidor-Pagador consta do Código de Águas, de 1934, e na Lei Federal nº 6.938, de 1981, relativa à Política Nacional do Meio Ambiente. Em atendimento a estes preceitos, a aplicação da cobrança pela utilização da água foi determinada pela Constituição de sete Estados, inclusive pela Constituição do Estado de São Paulo.

A Lei Federal nº 9.433, de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, estabeleceu a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e instituiu normas para a sua aplicação, definindo-a como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, ao lado dos planos de recursos hídricos, do enquadramento dos corpos de água em classes de uso, da outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, da compensação aos municípios e do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

Em nosso país, a experiência pioneira na aplicação deste instrumento de gestão foi a da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, envolvendo os rios de domínio federal dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A segunda iniciativa de aplicação da cobrança nos rios de domínio da União foi no âmbito das bacias PCJ – Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

2 – A COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

Já em 1934, o Código de Águas instituiu preceitos próximos ao atual Princípio poluidor-pagador. Segundo determina o Código, “a ninguém é lícito conspurcar as águas que não consome, com prejuízos de terceiros, sendo os trabalhos para a salubridade das águas executados à custa dos infratores, os quais, além da responsabilidade criminal, se houver, responderão pelas perdas e danos que causarem e pelas multas previstas nos regulamentos administrativos”. Outrossim, “se os interesses da agricultura ou da indústria o exigir, e mediante expressa autorização administrativa, as águas podem ser inquinadas; porém, pelo favor concedido, os agricultores ou industriais deverão indenizar os poderes públicos ou os particulares que forem lesados”.

Na Lei Federal nº 6.938, de 1981, referente à Política Nacional do Meio Ambiente, é prevista a imposição ao poluidor e ao predador, a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, a de contribuir pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

A Lei Federal nº 9.433, de 1997, definiu a cobrança pelo uso da água como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Seus três grandes objetivos são:

- I - reconhecer a água como bem econômico e dar uma indicação do seu real valor;
- II - incentivar a racionalização do uso da água;
- III - obter recursos financeiros para programas previstos nos planos de recursos hídricos.

Atendendo determinação contida na Lei nº 9.443, o CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, baixou a Resolução nº 48, de 2005, determinado quais os critérios gerais a serem atendidos para a implantação da cobrança.

Pelo que determina a Resolução acima, a cobrança está condicionada:

- I – à proposição das acumulações, derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica e sua aprovação pelo respectivo Conselho de Recursos Hídricos;
- II – ao processo de regularização de usos de recursos hídricos sujeitos à outorga na respectiva bacia, incluindo o cadastramento dos usuários da bacia hidrográfica;
- III – ao programa de investimentos definido no respectivo Plano de Recursos Hídricos;
- IV – à aprovação pelo competente Conselho de Recursos Hídricos, da proposta de cobrança, tecnicamente fundamentada, encaminhada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica;
- V – à implantação da respectiva Agência de Bacia Hidrográfica ou da entidade delegatária do exercício de suas funções.

No âmbito dos Estados, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos encontra-se prevista na constituição de sete unidades federativas: Alagoas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo. Em diversos outros Estados, nos capítulos referentes ao meio ambiente, incluiu-se na constituição a previsão de ressarcimento dos danos ambientais por seus causadores.

Em nosso país a cobrança pelo uso dos recursos hídricos teve início na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, em março de 2003, limitada, porém, às águas de domínio da União. Não obstante esta restrição, a arrecadação no período entre 2003 e 2006 foi de R\$21,6 milhões.

As rejeições iniciais à aplicação da cobrança na Bacia do Paraíba do Sul referiam-se à não aplicação da cobrança simultaneamente em toda a bacia, bem com a não garantia do repasse integral dos recursos financeiros gerados na bacia, que são arrecadados pela ANA – Agência Nacional de Águas, Entretanto este problema foi eliminado com a edição da Lei nº 10.881/2004, a qual estabelece que a ANA poderá firmar contratos de gestão com entidades sem fins lucrativos que receberem delegação do CNRH para exercer funções de Agência, sendo então compulsório o repasse da arrecadação. Com este intuito, foi criada a AGEVAP, associação civil delegada pela Agência Nacional de Águas para exercer a função de Agência de Bacia junto ao Comitê de Bacia - CEIVAP.

A cobrança pelo uso da água nos rios das bacias PCJ – Piracicaba, Capivari e Jundiá teve início em janeiro de 2006, nas águas de domínio da União, com o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos rios PCJ exercendo o papel de Agência de Bacia.

3 – A COBRANÇA NOS RIOS FEDERAIS DAS BACIAS PCJ

A partir da promulgação da Lei nº 9.433/97 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos tornou-se possível a implantação da Cobrança pelo Uso da Água, que é um dos seus instrumentos e tem como finalidade incentivar a racionalização pelo uso da água e gerar recursos para a aplicação em projetos voltados à recuperação de bacias hidrográficas. A segunda iniciativa de cobrança em rios de domínio da União está ocorrendo no âmbito das bacias PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá) especificamente no rio Piracicaba e formadores.

Para chegar à implantação da cobrança pelo uso da água, atendendo a legislação pertinente, foram realizadas algumas etapas, conforme descrição abaixo.

3.1 - Criação do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Atendendo ao preconizado pela Lei nº 6.938, após aprovação junto ao CNRH, foi criado em março de 2003 o Comitê PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá), no âmbito das águas de domínio da União, envolvendo 58 municípios paulistas e quatro mineiros, considerando apenas aqueles cuja sede pertence à mesma região hidrográfica.

A criação do Comitê resultou de um amplo trabalho de negociação e conciliação que definiu a sua estrutura, mantendo as bases do Comitê PCJ Estadual e incluiu a participação da parcela mineira das bacias e a representação da União.

Através da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 003/03, de 22 de maio de 2003, foi aprovado o processo para a implantação da cobrança pelo uso da água nas bacias PCJ.

3.2 - Discussões no Grupo Técnico de Cobrança do Comitê de Bacias

O assunto foi exaustivamente debatido no Grupo Técnico de Cobrança do Comitê PCJ. Foram realizadas 15 reuniões, no período de julho de 2004 a novembro de 2005, com o comparecimento de todos os segmentos que representativos dos usuários, órgãos federais, estaduais, e municipais. A maioria das decisões foi tomada por consenso.

Em paralelo, através do Grupo Técnico de Implantação da Agência de Bacia Hidrográfica, procurou-se encontrar a formatação jurídica para a Agência de Água que permitisse, simultaneamente, atender a legislação dos Estados envolvidos, Minas Gerais e São Paulo, como também, à União.

3.3 - Resoluções do Comitê de Bacias

Para permitir a implementação da cobrança foram aprovadas duas Resoluções pelo Comitê de Bacias, amparadas nas disposições da Lei nº 6.938. A Resolução nº 24/05 autorizou o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba Capivari e Jundiá, a firmar Contrato de Gestão com

a Agência Nacional de Águas – MMA, permitindo ao mesmo exercer por um período de dois anos, as funções de Agência de Águas para o Comitê PCJ.

A Resolução nº 25/05 aprovou o início da aplicação da cobrança nas bacias dominiais da União das bacias PCJ, estabelecendo os critérios e valores a serem aplicados na cobrança.

O Comitê de Bacia definiu os PUB - preços unitários básicos a serem aplicados, conforme mostra a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Valores aplicados na cobrança pelo uso da água em rios da União nas bacias PCJ

Tipo de uso	Unidade	Valor
Captação de água bruta	R\$/m3	0,01
Consumo de água bruta	R\$/m3	0,02
Lançamento de carga orgânica DBO5,20	R\$/kg	0,10
Transposição de bacia	R\$/m3	0,015

A cobrança pela transposição de bacias, refere-se cobrança pela água captada e transposta para a Bacia do Alto Tietê, através do Sistema Cantareira.

Os PUB estão sendo aplicados de forma progressiva a partir da implantação da cobrança, da seguinte forma: 60% dos PUB em 2006; 75% dos PUB, em 2007; 100% dos PUB, a partir de 2008.

O início da cobrança ficou condicionado à aprovação pelo Comitê do Plano de Bacias 2004/2007, e à instituição da Agência de Águas das Bacias PCJ.

3.4 - Aprovação das Resoluções no âmbito federal

Após discussões e aprimoramentos efetivados na Câmara Técnica de Cobrança do CNRH, as resoluções anteriormente mencionadas foram aprovadas pelo Conselho Nacional dos Recursos Hídricos em novembro de 2005, autorizando o início da cobrança a partir de janeiro de 2006.

3.5 - Cadastramento / Atualização de Usuários

Com o intuito de conhecer detalhadamente o universo de usuários e regularizar a utilização dos recursos hídricos nas bacias PCJ, a Agência Nacional de Águas – ANA, o DAEE (SP) e o IGAM (MG) executaram a partir do mês de Dezembro/05, o processo de regularização, que teve início com o cadastro ou atualização dos dados de quem usa as águas dos rios, reservatórios e lagos.

O processo foi concluído com a emissão da outorga de direitos dos usos da água, incluindo-se todas as prestadoras de serviços de saneamento urbano, as indústrias, as mineradoras, os aqüicultores e demais usos rurais, inclusive aqueles usuários que não possuem outorga, visando reconhecer e organizar os diversos usos para tornar mais eficiente a gestão dos recursos hídricos, além de permitir ao usuário atualizar dados cadastrais visando o cálculo dos valores da cobrança.

Como resultado, chegou-se a um número próximo de cem usuários passíveis de receber os boletos da cobrança pelo uso da água.

3.6 - Implantação da Agência de Água PCJ

Posteriormente à aprovação da cobrança e delegação ao Consórcio PCJ, no âmbito dos Comitês PCJ e no CNRH, ocorreu a inauguração oficial da Agência de Bacias em 16/12/05. Foi implantada uma estrutura técnica e administrativa no município de Piracicaba-SP, tendo em vista o atendimento das metas expressas no do Contrato de Gestão estabelecido com a ANA.

3.7 - Início da cobrança

No dia 20/01/2006, para marcar o lançamento oficial da cobrança, foi realizada na sede da Agência de Água PCJ, uma coletiva com a imprensa, com a entrega de boletos para, no mínimo, um usuário de cada segmento.

3.8 - Resultados obtidos

A aplicação da cobrança teve plena adesão no universo de 100 usuários pagantes, obtendo-se adimplência da ordem de 99%.

A tabela abaixo mostra a arrecadação, total e por setor em 2006, com a aplicação da cobrança nas águas da União.

Tabela 2 – Arrecadação por setor em 2006 na cobrança pelo uso da água nas bacias PCJ

Setor Contribuinte	Valor	%
Indústria	R\$ 1.337.138,29	13,35
Irrigação	R\$ 8.737,17	0,09
Criação Animal	R\$ 21,80	0,00022
Aqüicultura	R\$ 126,14	0,00126
Mineração	R\$ 434,72	0,00434
Outros Usos	R\$ 314.786,94	3,14
Saneamento	R\$ 8.355.274,24	83,41
Total	R\$ 10.016.519,30	100

Fonte: www.ana.gov.br

Os recursos estão sendo integralmente aplicados em obras e serviços de recuperação dos recursos hídricos nas bacias PCJ, destacando-se o tratamento de esgotos, controle da erosão urbana, reflorestamento ciliar e educação ambiental.

4 – A COBRANÇA NAS ÁGUAS DOMINAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No Estado de São Paulo, a cobrança pelo uso da água foi determinada pela Lei nº 7.663, de 1991, que estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos e ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Entretanto, a aplicação da cobrança não pode ser efetuada de imediato, por falta de regulamentação legal.

Nas águas de domínio do Estado de São Paulo, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos foi introduzida pela Lei nº 12.183/2005, complementada pelo Decreto nº 50.667/2006 e pela Resolução CRH 63/2006. Ela teve início em 2007, nas bacias do Paraíba do Sul e do Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Pela legislação paulista estão sujeitos à cobrança todos os que utilizam as águas superficiais e subterrâneas de domínio estadual, sejam eles usuários urbanos, usuários industriais, ou usuários agrícolas, sendo que estes últimos estarão sujeitos à cobrança somente a partir de 2010.

Por outro lado, diferentemente da cobrança nas águas de domínio da União, a legislação estadual determina que os recursos arrecadados constituam produto financeiro do Fehidro – Fundo Estadual de Recursos Hídricos, organizado em sub-contas por bacia hidrográfica, havendo assim, garantia de aplicação integral dos recursos arrecadados na própria bacia onde eles foram gerados.

Similarmente ao ocorrido quando da implantação da cobrança nas águas federais, a aplicação da cobrança nas águas dominiais do Estado de São Paulo passou por discussões aprofundadas no Grupo Técnico de Cobrança do Comitê PCJ.

Nos estudos e discussões realizados, buscou-se a harmonização de critérios e valores com os estabelecidos para a cobrança nas águas de domínio da União, de forma a atender ao princípio de equidade entre os usuários das bacias PCJ.

A tabela abaixo mostra os valores a serem aplicados nas águas do Estado de São Paulo.

Tabela 3 – Valores aplicados na cobrança pelo uso das águas dominiais paulistas das bacias PCJ

Tipo de uso	Unidade	Valor
Captação de água bruta	R\$/m ³	0,01
Consumo de água bruta	R\$/m ³	0,02
Lançamento de carga orgânica DBO _{5,20}	R\$/kg	0,10
Captação de Água bruta subterrânea	R\$/m ³	0,0115
Transposição de Bacia	R\$/m ³	0,015

De acordo com a progressividade aprovada pelo Comitê PCJ, em 2007 será cobrado 60 % dos valores, em 2008 será cobrado 75% , e, em 2009 o valor integral.

A expectativa de arrecadação anual com a cobrança estadual, a iniciar em 2007, com progressividade de 60%, será de R\$ 11.400.000,00.

Após a aprovação da proposta pelo Comitê, ela foi encaminhada para deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A autorização para a aplicação da cobrança nas bacias do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, assim como na bacia do Paraíba do Sul, foi feita através do Decreto nº 51.449, de 29/12/06, publicado no Diário Oficial do Estado em 30 de dezembro de 2006.

Atendendo ao preconizado na legislação do Estado de São Paulo, devido a não criação de agências de bacia, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos deverá ser efetivada pelo DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

5 – CONCLUSÕES

No Brasil, a partir do previsto no Código de Águas, de 1934, constataram-se avanços significativos na temática da implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A partir de então, editaram-se leis e normas que aprofundaram a abordagem do assunto, foram realizados estudos e debates que estabeleceram importante base para a sua futura regulamentação.

As experiências recentes das Bacias do Paraíba do Sul e do Piracicaba, Capivari e Jundiaí tem sido importantes para apontar medidas acertadas, identificar problemas e buscar soluções, servindo as dificuldades encontradas para aperfeiçoar o sistema que ainda se encontra em fase de implantação.

Em particular, no caso das bacias PCJ, na aplicação da cobrança nos rios federais, verificou-se a adimplência da ordem de 99% do universo de usuários pagantes, demonstrando o sucesso da estratégia e metodologia adotadas, resultante do envolvimento dos potenciais usuários pagadores no processo de tomada de decisões.

Nas bacias PCJ os recursos arrecadados em 2006, da ordem de 10,9 milhões de reais, estão sendo aplicados exclusivamente em obras e medidas definidas no Plano de Bacias Hidrográficas, principalmente no tratamento de esgotos. Em função da progressividade adotada, espera-se arrecadar em 2007 o valor de 13,5 milhões de reais. Com o início da cobrança nas águas estaduais, este valor deverá ser consideravelmente aumentado, o que possibilitará um incremento das obras a serem realizadas, resultando em significativa melhoria nas condições dos rios das bacias.

Analisando-se a nossa ainda recente prática no assunto, concluímos que a aplicação da cobrança pelo uso da água, nos moldes propostos em nosso país, só obterá êxito caso obtenha de fato a adesão da sociedade, o que dependerá dos seguintes condicionantes:

- Ampla divulgação, com trabalho de convencimento quanto à importância da cobrança como instrumento de uso racional da água, em particular para o setor da agropecuária;
- Participação dos usuários na definição dos parâmetros e valores a serem aplicados na cobrança, bem como na definição dos programas a realizar com os recursos obtidos;
- Aplicação da cobrança de forma gradativa e respeitando as peculiaridades das bacias;
- Identificação dos impactos econômicos nos usuários, em particular nos setor da agropecuária, a serem considerados para a definição dos critérios e valores;
- Aplicação do princípio de equidade entre os usuários de uma mesma bacia que contenha águas de domínio federal e estadual, com a aplicação simultânea da cobrança em toda a

bacia, utilizando-se critérios e valores devidamente compatibilizados;

- Garantia de não contingenciamento dos recursos financeiros gerados e sua aplicação em benefício das bacias hidrográficas onde eles foram arrecadados.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - [http:// www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, Folder “*Usuários de Água das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Cadastrem-se para Garantir o seu Uso*”

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, Folder “*A Cobrança pelo Uso da Água nas Bacias PCJ – A Gestão das Águas*”

BROCHI, D.F.; LAHOZ, F.C.C.; TINEL, P.; Razera, S. (2006). “*Processo, Implantação e Primeiros Resultados da Cobrança pelo Uso da Água nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí*” in Anais da 36ª Assembléia Nacional da ASSEMAE, 2006

COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ - [http:// www.comitepcj.sp.gov.br](http://www.comitepcj.sp.gov.br)

MARTINEZ JR., F. (2004). “*A Cobrança pelo uso da água - A experiência francesa e a aplicação ao Brasil*” in Anais do VII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, São Luiz, Nov. 2004.

MARTINEZ JR., F. (2005). “*A Cobrança pelo uso da água na agricultura - A experiência francesa e a aplicação ao Brasil*” in Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, João Pessoa, Nov. 2005.